Processo n.º 222/2005

(Recurso Crime)

Data: 18/Maio/2006

ASSUNTOS:

- Despacho de não pronúncia

SUMÁRIO:

Vindo abalada a convicção no sentido conformador de uma conduta dolosa e criminosa, situação gerada pelos próprios interessados, queixosa e denunciada, que, enquanto casal misturaram as contas da sociedade com as contas pessoais e familiares, não podendo o processo criminal servir para dirimir questões cíveis, nomeadamente de eventuais prestações de contas, não merece censura o despacho de não pronúncia por pretense crime relacionado com o levantamento de uma dada importância da conta da sociedade.

O Relator,
João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 222/2005

(Recurso Penal)

Data: 18/Maio/2006

Recorrente: Agência de Navegação A, Ld.^a

Objecto do Recurso: Despacho de não pronúncia

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I – RELATÓRIO

AGÊNCIA de NAVEGAÇÃO A, LIMITADA, assistente nos autos à margem identificados, não se conformando com o douto despacho de não pronúncia neles proferido pela Senhora Juiz de Instrução Criminal de Macau, a fls. 151 e 152, (abaixo transcrito) dele vem, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 389º e 391º, n.º 1, al. b), ambos do CPP, interpor recurso.

É do seguinte teor o despacho recorrido:

“Declara-se encerrado o presente processo inquérito.

O facto constante dos autos ocorreu em 12 de Janeiro de 2005, e instaurou-se o processo com base em crime de falsificação de documento p. e p. art. 244º do Código Penal. Segundo o art. 244º, n.º 1, alínea a): quem, com intenção de causar prejuízo a outra pessoa ou ao Território, ou de obter para si ou para outra pessoa benefício ilegítimo, fabricar documento falso, falsificar ou alterar documento ou abusar da assinatura de outra pessoa para elaborar documento falso, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.

O denunciante B disse que a denunciada C falsificou o carimbo da Agência de Navegação A Lda, e transferiu HKD 1.400.000 da conta bancária da agência sem que ele tomasse conhecimento.

A denunciada C admitiu que transferira HKD 1.400.000 da referida conta, mas negou que falsificasse carimbo da Agência de Navegação A Lda, alegando que com a permissão do denunciante, tais carimbos são 3 para facilitar o levantamento de dinheiro pelos dois.

Verificou-se que a denunciada C é mulher do denunciante B, o seu regime de bens no casamento é o de comunhão de adquiridos, foi depois do casamento que se fundou a Agência de Navegação A Lda, sendo os dois sócios da agência e titulares da conta bancária referida.

Como há divergência nos depoimentos prestados pelos dois, não há provas suficientes nos autos que demonstrem que a denunciada C falsificou carimbo da Agência Navegação A Lda; ademais, dado que a denunciada C é proprietária da agência e titular da conta bancária acima referidas, é difícil comprovar que ela tenha intenção de causar prejuízo a outra pessoa e de obter para si benefício ilegítimo.

Os autos carecem de requisitos constitutivos do crime referido, não há materiais suficientes que demonstrem a existência do facto ilícito, e não há outras medidas efectivas a ser tomadas e, nos termos do art. 259º, n.º 2 do Código de Processo Penal, arquiva-se o presente processo.

Notifique-se.

Como o dinheiro levantado pela denunciada é bem comum dos dois, pode ser tratado por via de separação de bens.

O objecto apreendido será tratado depois do período de instrução.

Aos 17 de Fevereiro de 2005”

No recurso do despacho acima transcrito formula a recorrente as seguintes conclusões na sua motivação:

I – a sociedade assistente, sendo uma pessoa colectiva de direito provado, tem natureza jurídica distinta da dos seus sócios, que são pessoa singulares.

II - de igual modo, o património da sociedade assistente, nele se incluindo as respectivas contas bancárias, é propriedade da sociedade e não dos seus sócios, ainda que gerentes ou administradores.

III - a arguida não podia, quer por não estar mandatada pela sociedade quer por legalmente lhe ser vedado, dispor, em seu benefício, dos bens da sociedade.

IV - ao transferir, ilegítima e fraudulentamente, a quantia de HKD1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil dólares de Hong Kong), da conta n.º

XXX de que a sociedade assistente é titular no Banco Delta Ásia, sarl, em Macau, para uma conta particular com o n.º XXX, constituída no Banco CITIC KA WAK, em Hong Kong, pertencente à arguida, cometeu esta o crime p.p. pelo art. 198º, n.º 2, alínea a) do C. P. ou, caso assim se não entenda praticou, pelo menos, o crime p.p. pelo art. 217º, n.º 1, do mesmo diploma legal, preceitos esses que, deste modo, se mostram violados.

V - tal transferência, com efeito, não foi feita no interesse ou no âmbito do giro comercial da sociedade assistente, mas sim no interesse pessoal, e ilegítimo. da arguida.

VI - os sócios, mesmo que gerentes ou administradores, da sociedade assistente, respondem civil e criminalmente pelos actos praticados na sua gestão.

VII - o despacho sub judice deveria, conseqüentemente, ter pronunciado a arguida pela prática do crime p.p. pelo art. 198º, n.º 2, alínea a) do C. P. ou, pelo menos, pela autoria do crime p.p. pelo art. 217º, n.º 1, do mesmo diploma legal.

Nestes termos entende que se deverá dado provimento ao presente recurso e, conseqüentemente, anulado o despacho de não pronúncia, ordenando-se que a arguida C seja pronunciada pela prática o crime p.p. pelo art. 198º, n.º 2, al. a) do C. P. ou, em limite, pela autoria do crime p.p. pelo art. 217º, n.º 1, também daquele diploma legal, devendo seguir-se os ulteriores termos.

Reponde doutamente a Digna Magistrada do MP, em síntese:

1. Não há possibilidade de determinar a natureza do dinheiro depositado

na conta bancária em causa.

- 2. Cada um dos titulares da conta pode levantar o dinheiro.*
- 3. Não existem provas suficientes dos crimes imputados à arguida.*
- 4. A decisão judicial está devidamente fundamentada;*
- 5. Pelo exposto, considerando infundado o recurso interposto, o qual deve ser rejeitado.*

O Exmo Senhor Procurador Ajunto emite duto parecer adiante e oportunamente transcrito parcialmente, secundando a posição daquela Magistrada.

Foram oportunamente colhidos os vistos legais.

II – FACTOS

Resulta dos autos a factualidade seguinte:

A assistente, **AGÊNCIA de NAVEGAÇÃO A, LIMITADA**, é uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, registada na Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis sob o n.º 14351.

A arguida, **C**, é sócia da sociedade assistente, bem como o é seu marido, **B**, sendo que só a assinatura deste último obriga a sociedade, bastando a assinatura de qualquer deles para os actos de mero expediente.

Os sócios **B** e **C** são, obviamente, pessoas singulares, igualmente dotadas de personalidade jurídica e capacidade judiciária.

A assistente, **AGÊNCIA de NAVEGAÇÃO A, LIMITADA**, e só ela, é titular, entre várias outras destinadas ao respectivo giro comercial, de uma conta no Banco Delta Ásia, sarl, em Macau, com o número **XXX**, conta donde os sócios também levantavam dinheiro para as despesas pessoais e da sua subsistência.

A arguida, **C**, deixou de comparecer na sede social da firma desde finais de Abril ou princípios de Maio do passado ano de 2004, data em que a fechadura da porta exterior da sociedade assistente foi também substituída, na sequência de desavenças conjugais, tendo ela passado a viver noutra casa com os filhos.

Sendo que a partir desse momento a arguida **C** ficou impedida de entrar nas instalações da sociedade assistente, mas continuando com poderes para continuar a levantar dinheiro da conta referida no Banco Delta Asia.

Em 12 de Janeiro do ano de 2005, a arguida **C** procedeu, a uma transferência de HKD1,400,000.00 (um milhão e quatrocentos mil dólares de Hong Kong), da conta n.º **XXX** de que a sociedade assistente é titular no Banco Delta Ásia, sarl, em Macau para uma conta particular com o n.º **XXX**, constituída no Banco CITIC KA WAK, em Hong Kong, de que a arguida é titular.

III – FUNDAMENTOS

O objecto do presente recurso passa pela análise da pretensão do

recorrente de ver a denunciada pronunciada pela prática o crime p.p. pelo art. 198º, n.º 2, al. a) do C. P. ou, em limite, pela autoria do crime p.p. pelo art. 217º, n.º 1, também daquele diploma legal, devendo seguir-se os ulteriores termos.

Regista-se que o recurso não terá por objecto, por tal não ter sido delimitado pelo recorrente, a denunciada prática de um crime de falsificação de documento (relativamente ao carimbo) p. e p. art. 244º do Código Penal. O que, desde logo, não deixa de ser significativo. É que se a arguida C tivesse falsificado o carimbo - é certo que também não se prova o contrário - teríamos aí um elemento concreto e objectivo em que se ancoraria um juízo de censura e de reprovabilidade, muito provavelmente suspeito de uma conduta dolosa e de ilegítimo levantamento e apropriação da referida quantia.

“Se tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se terem verificado os pressupostos de que depende a aplicação ao arguido de uma pena ou medida de segurança, o juiz pronuncia o arguido pelos factos respectivos; caso contrário, profere despacho de não pronúncia” (artigo 289º, n.º 1 do CPP) e *“consideram-se suficientes os indícios sempre que deles resultar uma possibilidade razoável de ao arguido vir a ser aplicada, por força deles, em julgamento, uma pena ou medida de segurança”* (artigo 265, n.º 2 do CPP).

A assistente Agência de Navegação A, Limitada sustenta basicamente que a arguida, enquanto pessoa singular, apesar de ser sócia

da sociedade, não podia dispor, em seu benefício, dos bens da sociedade; a transferência da quantia de HKD\$1.400.00,00 da conta de que a sociedade assistente é titular no Banco Delta Ásia, SARL, em Macau, para uma conta particular no Banco Citic Ka Wak, em Hong Kong, pertencente à arguida, constituindo-se no crime p. e p. pelo artigo 198, n.º 2 alínea a) do C. P., ou crime p. e p. pelo artigo 217, n.º 1 do C. P..

Não concorda que possa haver confusão entre a sociedade conjugal e a sociedade comercial, embora constituída pelas mesmas pessoas. O património pertencente à sociedade não pode ser objecto de indevida e ilegítima apropriação por parte dos seus administradores, os quais são civil e penalmente responsáveis pelos actos que praticarem durante a sua gerência.

E quanto a esta questão não se lhe pode deixar de dar razão.

O que está em causa e importa apurar é se esse levantamento corresponde a um levantamento e apropriação ilegítimos. E sobre isto, o que temos, são as versões de dois sócios, os cônjuges desavindos, com posições antagónicas quanto aos seus interesses pessoais e societários. Mas numa questão essencial estão de acordo. Os próprios sócios da sociedade comercial - XXX e a arguida C, ambos declararam que despesas familiares e particulares chegaram a ser pagas pelo dinheiro levantado na conta em causa no Banco Delta Ásia, SARL. E até se afirma que o dinheiro levantado pelo sócio marido era em princípio para fazer face aos compromissos sociais, que era ele que passava esses cheques, não sendo

difícil extrair daí que os levantamentos da arguida, já que se prova que os fazia, não se relacionavam com a vida da sociedade. Realidade esta que não deixa de ser confirmada por empregados da Companhia.

Parece, no fundo, não haver dúvidas que a referida conta fazia também face a despesas de subsistência.

Ora, perante isto, fica abalada qualquer convicção no sentido conformador de uma conduta dolosa e criminosa, situação gerada pelo que os interessados, queixosa e denunciada, eles próprios criaram e permitiram ao longo do tempo, não podendo o processo criminal servir para dirimir questões cíveis, nomeadamente de eventuais prestações de contas.

Pela valia da análise incisiva do Senhor Procurador Adjunto, passamos aqui a transcrever o seu parecer, cujas motivações se recepcionam, a elas aderindo na totalidade:

“Dos autos resulta que a recorrente - Agência de Navegação A Limitada - é uma sociedade comercial por quotas, tendo como únicos sócios e gerentes a arguida e o seu marido, casados no regime da comunhão de adquiridos.

É certo, por outro lado, que as respectivas quotas constituem um bem comum do casal.

Apurou-se, entretanto, que a conta aberta em nome da referida sociedade, no Banco Delta Ásia, de onde a arguida procedeu à

transferência em causa, poderia ser movimentada por qualquer dos cônjuges.

E averiguou-se, igualmente, que essa conta se destinava não só às despesas da sociedade mas também às despesas privadas dos sócios.

Havia, pois, como se frisa na resposta à motivação, uma manifesta *confusão* entre "o património da sociedade conjugal e o património da sociedade comercial".

Tal *promiscuidade*, assim, como que "transformava" a conta em apreço numa conta solidária do casal.

O nosso Ordenamento Jurídico, como é sabido, não pune a subtracção ou apropriação de coisa comum sem se haver operado, previamente, a sua divisão em quotas ideais (cfr., no âmbito dos crimes de furto e abuso de confiança, Faria Costa e Figueiredo pias, Comentário Conimbricense do Código Penal, II, 43 e 98, respectivamente).

Não se olvida, a propósito, que se está, "in casu", perante uma conta de uma sociedade personalizada.

Mas a *confusão* apontada não deixava de pôr em causa, objectivamente, a sua natureza alheia (sendo que esta asserção é válida, do mesmo modo, para o crime de infidelidade).”

Por estas razões e com os factos apurados é mais que ténue a probabilidade de a arguida poder vir a ser condenada em julgamento, à

míngua da verificação do elemento subjectivo do tipo ou tipos de crimes que se lhe imputam.

É verdade que o recorrente clama por uma omissão de investigação de outros factos que importaia apurar no sentido da consolidação da sua tese.

Bom, desde logo, o que essa afirmação indicia é a constatação da insuficiência de indícios carreados para os autos.

Mas, no que releva, sempre caberia ao recorrente ter suscitado a questão da insuficiência de diligências em devido tempo.

Nos termos do disposto no art. 107º, n.º 2, al. d), 1ª parte, do C. P. Penal, a "insuficiência do inquérito ou da instrução" integra uma nulidade *dependente de arguição*.

E tal nulidade, face ao preceituado no n.º 3, al. c), do mesmo art., deve ser arguida, no caso de haver instrução, até ao encerramento do debate instrutório.

Não o tendo sido, na hipótese vertente, não pode, obviamente, deixar de ter-se por sanada.

Nesta conformidade se conclui pela improcedência do recurso, na impossibilidade de formular o aludido juízo de probabilidade de condenação que uma pronúncia implica.

IV – DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em negar provimento ao recurso, confirmando a decisão recorrida.

Custas pela recorrente.

Macau, 18 de Maio de 2006,

João A. G. Gil de Oliveira (Relator)

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong